

**O PAPEL DOS ESTUDOS URBANOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA
INTEGRAÇÃO DA TERRA INDÍGENA COMO ESTUDO DE CASO.**

*THE ROLE OF URBAN STUDIES: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN THE INTEGRATION
OF THE INDIGENOUS LAND AS A CASE STUDY.*

Angela Carine Elias de Souza

Mestranda, PPGAU-UFPB, Brasil
angelacarine.ac@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por **objetivo** realizar uma revisão bibliográfica a fim de desenvolver uma reflexão teórica sobre o papel dos estudos urbanos nas comunidades indígenas, assim como seus desafios e oportunidades. Especificamente, busca compreender como o território, a cidade e a arquitetura têm sido estudados no campo do planejamento urbano em relação às comunidades indígenas. A **metodologia** inclui revisão bibliográfica e documental sobre fatores teórico-metodológicos e políticos aplicados às comunidades originárias no contexto da arquitetura e urbanismo. Com base nos objetivos, este trabalho destaca a **relevância** de visibilizar literaturas sobre dinâmicas espaciais indígenas, apontando posturas, conceitos aplicáveis e campos de pesquisa que podem auxiliar na atuação nestes espaços. Como **resultado**, identificam-se cenários de pesquisa e contribuições para o conhecimento e atuação no campo da arquitetura e urbanismo relacionado às comunidades originárias, tanto em âmbito universal quanto local. As **Contribuições teóricas/metodológicas** deste trabalho evidenciam que, embora os estudos no campo da arquitetura e urbanismo ainda se concentrem em questões puramente arquitetônicas, remetendo a tempos remotos, a abordagem multidisciplinar de outros campos se apresenta como um caminho para pesquisas que visam compreender as consequências e disputas territoriais que afetam as comunidades indígenas na atualidade, sob uma perspectiva decolonial. Além disso, este estudo busca gerar **Contribuições sociais e ambientais** ao sistematizar trabalhos científicos que podem servir como base para ações in loco nas comunidades indígenas. Isso também destaca a importância da participação coletiva e da perspectiva dos povos indígenas como agentes ativos na construção do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Terra Indígena. Estudo de caso. Estudos urbanos.

ABSTRACT

This article aims to carry out a bibliographical review in order to develop a theoretical reflection on the role of urban studies in indigenous communities, as well as its challenges and opportunities. Specifically, it seeks to understand how territory, the city and architecture have been studied in the field of urban planning in relation to indigenous communities. The methodology includes a bibliographic and documentary review on theoretical-methodological and political factors applied to original communities in the context of architecture and urbanism. Based on the objectives, this work highlights the relevance of making literature visible on indigenous spatial dynamics, pointing out positions, applicable concepts and research fields that can assist in acting in these spaces. As a result, research scenarios and contributions to knowledge and action in the field of architecture and urbanism related to original communities were indicated, both at a universal and local level. The theoretical/methodological: methodological contributions of this work show that, although studies in the field of architecture and urbanism still focus on purely architectural issues, referring to remote times, the multidisciplinary approach from other fields presents itself as a path for research that aims to understand the consequences and territorial disputes that affect indigenous communities today, from a decolonial perspective. Furthermore, this study seeks to generate social and environmental contributions by systematizing scientific work that can serve as a basis for on-site actions in indigenous communities. This also highlights the importance of collective participation and the perspective of indigenous peoples as active agents in the construction of space.

KEYWORDS: Indigenous Land. Case study. Urban studies.

1 INTRODUÇÃO

A recente divulgação da crise humanitária Yanomami evidencia como os conflitos envolvendo disputas territoriais podem impactar nas dinâmicas espaciais e afetar diversas instâncias dentro das comunidades originárias. Mais recentemente, o debate sobre o marco temporal também reforça esta discussão. Estas realidades acenam à problemática de como o território, a cidade e a arquitetura se articulam na produção dos espaços indígenas? Questiona-se, ainda, sobre o papel da atuação profissional e da pesquisa científica envolvendo estes territórios e suas políticas. Baseando-se nestas questões, este artigo¹ tem por **objetivo** realizar uma revisão bibliográfica e documental, a fim de desenvolver uma reflexão teórica sobre o papel dos estudos urbanos nas comunidades indígenas, assim como seus desafios e oportunidades. Em específico, busca compreender como o território, a cidade e a arquitetura indígena têm sido articulados aos estudos urbanos.

Pesquisas no campo do urbanismo, envolvendo estas comunidades e preocupadas em compreender as relações territoriais indígenas vêm se tornando mais frequentes (STEPHENS, 2015; HORN, 2018; NEJAD ET AL., 2019; FAWCETT, 2021; HESS, 2021; ALFATHANI e NURDINI, 2022; BERG-NORDLIE; DANKERTSEN; WINSVOLD, 2022; ASI e KEYSER, 2022). Apesar disso, Portela (2013) critica como as temáticas e autorias indígenas são vistas de forma incipiente no campo teórico e investiga possibilidades de compreender o indigenismo. Para Nunes (2010), pode ser subentendido que o desenvolvimento das comunidades indígenas em contexto urbano e seu vínculo com as lógicas econômicas e tecnológicas contemporâneas pode servir como categoria de aculturação – mutação de traços culturais por influência/contacto com outra cultura – do que é mais ou menos indígena. O autor identifica que, apesar dos progressos da literatura acadêmica, existe uma carência de soluções teóricas que sejam eficientes no estudo de aldeias urbanas, cidades com ocupação indígena, povos indígenas em contexto urbano e suas relações com os processos de adoção política, consumo e dependência das inovações tecnológicas e industriais.

De acordo com as considerações de Nunes (2010), Berg-Nordlie, Dankertsen e Winsvold (2022) ainda apontam para a marginalização das temáticas indigenistas, que invisibiliza as produções desenvolvidas em contexto científico, observando que os projetos e as conquistas dos direitos indigenistas ainda não enfrentam desafios como ser indígena na cidade. Asi e Keyser (2022) constataram que o enfrentamento dos conflitos espaciais indígenas transcende as questões étnicas e abrange problemas recorrentes nos grandes centros urbanos, como a marginalização, a gentrificação, a hostilidade e a falta de acesso a emprego, educação e saúde, o que pode servir como indicativo do estado de limitação desses aparatos. Portanto, a complexidade relacionada ao tratamento desse tema deve ser considerada, juntamente com fatores que podem dificultar a execução de estudos como este, como a ausência de bibliografia consolidada no campo científico, a lógica multidisciplinar da temática e o difícil acesso a documentações oficiais², entre outros. Em resumo, a problemática ressalta a importância dos

¹ Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla e que está em processo de desenvolvimento no mestrado, sob orientação da Prof.^ª Dr.^ª Mariana Bonates.

² Vale mencionar também as restrições e autorizações para adentrar em comunidades indígenas, que depende de diversas documentações e solicitação de permissão para entrar na Terra Indígena (TI), encaminhadas via correio para

estudos urbanos sobre comunidades indígenas, como eles têm sido abordados e quais são suas aplicações.

É importante notar que as dinâmicas territoriais ocorrem e variam de acordo com a localização das comunidades nativas em zonas naturais, rurais e urbanas, dependendo do contexto e do contato com populações não indígenas. A partir disso, é fundamental observar as atuações e estudos dedicados aos povos indígenas e como cada estudo de caso pode apresentar resultados, dinâmicas e disputas tão divergentes.

A realização dessas pesquisas no campo do urbanismo oferece uma relevância científica notável, pois possibilita a identificação e análise de diversos modos de formação do espaço, bem como a compreensão da articulação política entre vários agentes envolvidos na disputa pelo território. Além disso, apresenta uma importância social fundamental ao ajudar a entender a sistemática de atuação profissional e o tratamento dessas áreas, promovendo uma contribuição mútua entre conhecimentos tradicionais e científicos.

É claro que o urbanismo está intrinsecamente ligado à disputa pelo poder na modificação arbitrária do espaço (HARVEY, 2006). A falta de visibilidade e conhecimento desse contexto de disputa nas comunidades indígenas enfatiza a necessidade de trabalhos que não apenas viabilizem, mas também deem visibilidade ao registro da resistência desses povos, bem como de sua representatividade étnica, cultural e socioespacial. Essa abordagem pode ser vista como um indicativo de um campo de pesquisa promissor e um manifesto do protagonismo étnico na produção do espaço. É evidente a contribuição valiosa que a atuação profissional pode ter nessas áreas quando se compreendem as dinâmicas territoriais indígenas.

A **metodologia** deste artigo é firmemente embasada em uma revisão bibliográfica abrangente sobre as temáticas e metodologias aplicadas aos estudos urbanos sobre comunidades indígenas. Além disso, inclui uma revisão documental curta e sintetizada da amostra de leis indigenistas. A partir disto, é percebido o caráter multidisciplinar do tema, motivo pelo qual, ao fim do artigo, indica-se cenários de pesquisa e o papel significativo do arquiteto e urbanista como contribuinte para o conhecimento e a atuação no campo. Além desta seção, este trabalho está estruturado em uma seção dedicada à *Terra Indígena como estudo de caso no campo disciplinar dos estudos urbanos e regionais*, bem como em *considerações finais*.

2A TERRA INDÍGENA COMO ESTUDO DE CASO NO CAMPO DISCIPLINAR DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS.

Para Corrêa (2014), a produção do espaço e os conflitos inerentes a ele decorrem da materialização da ação dos agentes sociais³, que apresentam interesses e práticas espaciais próprias. Essas práticas geram afetos e significados em cada estrutura espacial, que podem estar relacionados, por exemplo, à estética e à etnicidade. No entanto, o Estado, entre todos os agentes, desempenha diversos papéis em diferentes contextos, estabelecendo normativas, regulamentando o uso da terra e das atividades produtivas, viabilizando a produção de outros

a sede da FUNAI em Brasília, e a posterior autorização conjunta concedida pelos próprios líderes indígenas, sendo os caciques de cada aldeia e o cacique geral da TI.

³ Corrêa (2014, p. 44) identifica agentes sociais do espaço em classes, como: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.”

agentes por meio de estruturas espaciais e controlando o mercado fundiário, imobiliário e industrial.

Os grupos sociais excluídos atuam como forma de resistência aos interesses que os colocam à margem dessa produção. As condições de vida e de trabalho precárias refletem na luta pelo direito à cidade e pela qualidade de vida. Este cenário representa alguns dos conflitos, que atuam como fator permanente e inerente à formação de territórios (STUMER e COSTA, 2017).

Não obstante, observa-se que a disputa territorial atribuída às comunidades indígenas se estabelece entre diversos agentes e não se dissocia das práticas hostis, sejam elas relacionadas à especulação imobiliária, ao desmatamento, à mineração, ao subdesenvolvimento, entre outros. A tutela do Estado, nesse sentido, é um dos exemplos de seus múltiplos papéis e também um exemplo do poder de ação sobre os demais agentes.

2.1 Leis indígenas

Com base em Corrêa (2014), compreende-se que a atuação do Estado vigora em nível administrativo e normativo, portanto, as leis normatizam aspectos sociais, tradicionais, econômicos, políticos e territoriais dentro das Terras Indígenas, direcionando assim a atuação dos demais agentes. Hillier (2001) destaca que as leis são agentes na construção social do espaço e que as forças sociais, como a cultura, atuam por meio das leis, criando variantes e invariantes nas formas de assentamento. Entende-se, aqui, a cultura como uma variável que influencia a textura local do espaço, moldando a cultura espacial e as decisões espacialmente culturais.

Para Silva (2008)⁴, embora sejam inúmeras e complexas, as leis e atos indigenistas são basicamente classificados em 11 partes: *Legislação Fundamental*⁵, *Cidadania*, *Ordenamento Territorial*⁶, *Meio Ambiente*, *Educação*, *Seguridade Social*, *Cultura*, *Organização da União*, *Etnodesenvolvimento*, *Defesa e Pesquisa*.

Em todos os setores de direitos delegados aos povos indígenas, sobretudo no ordenamento territorial e na dimensão do etnodesenvolvimento, o desenvolvimento dos povos indígenas e o uso do território são mencionados somente em relação a atividades produtivas e à agricultura, evidenciando um cenário genérico ruralizado desses povos⁷. É preocupante a ausência de regulamentações que assegurem direitos relacionados a ser indígena na cidade, em terras não homologadas e em outras formas de caracterização, como os quilombos indígenas, a exemplo da comunidade Tiririca dos Crioulos⁸, das aldeias multiétnicas indígenas, como a aldeia

⁴ volume publicado pela FUNAI para auxiliar as consultas de profissionais que precisem intervir em território indígena, e contempla as principais legislações e diretrizes que norteiam a relação indígenas-sociedade-Estado.

⁵ Há de se considerar como legislação fundamental para o que o artigo propõe a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas que garante o direito de autogoverno e autonomia indígena, também a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Índio – Lei nº 6.001, de 19.12.1973, que reconhecem os direitos e as práticas nativas e a importância da preservação e valorização destes.

⁶ Contempla a demarcação de terra indígena, que conta com o procedimento administrativo de demarcação territorial realizado a partir de relatório circunstanciado de identificação e delimitação. Os decretos nº 88.895, de 1984, e nº 98.812, de 1990, e ainda a Lei nº 7.805, de 1989, regulamentam a permissão de lavra garimpeira e de exploração de riquezas minerais em terras indígenas.

⁷ A única menção a “índios urbanizados” é utilizada para enfatizar a dificuldade em gerar educação acessível.

⁸ Comunidade de descendência quilombola e indígena, que mantém ambas as práticas culturais no território dos índios Pankará, em Carnaubeira da Penha (PE). Ver documentário dirigido por Larissa Isidoro e Lara Erendira (2014): <https://beirasdagua.org.br/item/tiririca-dos-crioulos-um-quilombo-indigena/>.

Maracanã⁹ e outras formas de ocupação que não podem ser reconhecidas diante dos estigmas que permeiam as comunidades indígenas e sua tradicionalidade.

2.2 Trabalhos encontrados em arquitetura e urbanismo

Pesquisas sobre arquitetura indígena contam com uma quantidade mais expressiva de volumes em comparação a outros estudos no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. Destes estudos, depreende-se uma considerável atenção às habitações indígenas. Apesar disso, a seguir são apresentados estudos recentes relativos às ocupações indígenas como objeto de estudo no campo disciplinar da arquitetura e urbanismo.

Ao investigar a caracterização da sustentabilidade na arquitetura das habitações Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul, Prudente (2007) coloca seu trabalho como um desafio e uma inovação nas áreas da engenharia e arquitetura, ao relacionar as construções indígenas com questões sustentáveis. A autora descreve a tipologia arquitetônica, materiais, técnicas, processos e simbologias relacionados à construção no estudo de caso, recorrendo à análise espacial, às técnicas e referências do campo da antropologia, dada a originalidade do estudo no campo.

Da mesma forma, Oliveira et al. (2022) propõem ampliar e contribuir com a história da arquitetura indígena no Brasil por meio de revisão bibliográfica, na qual utilizam textos referentes aos povos indígenas Mbyá-Guarani (Mata Atlântica), Kuikuro (Cerrado) e Kaingang (Pampa). Foram observadas as características construtivas de cada caso e suas divergências, e apontaram a dificuldade em realizar o trabalho, dada a escassez de conteúdo e diálogos relacionados às comunidades indígenas, fato também destacado por Prudente (2007).

Portocarrero (2010) discute arquitetura habitacional indígena no Brasil a partir de pesquisas bibliográficas e documentais que exploram diversas tipologias tradicionais indígenas e disposição e apropriação espacial; também apresenta registros coloniais e modos de sistematização das observações de campo no período. Em maior escala, Machado, Portocarrero e Silva (2020) apresentam sistemas e materiais construtivos e suas aplicações e estudam características tecnológicas destas construções.

Troncarelli (2022) investiga a arquitetura indígena alto xinguana através de iconografias, sobretudo, utilizando fotografias do povo Kamaiurá. Revela a importância de entender a construção da identidade indígena no processo de análise e da representação e memória destes fatores em iconografias, que revelam detalhes construtivos e características de uso. A autora identifica que estudos arquitetônicos envolvendo povos indígenas desmistificam o fator cultural da temática, valorizam e difundem os saberes científicos e tradicionais. A pesquisa apresentou dificuldades relacionadas à pouca informação no campo, sendo necessário recorrer ao campo de história e antropologia.

Portocarrero (2020) expressa suas preocupações acerca da lacuna presente nos estudos de caso indígenas e sobre o conhecimento disponível. O autor observa que as construções são dotadas de soluções tecnológicas capazes de resolver diversas questões de

⁹ Aldeia urbana que ocupa o antigo Museu do Índio, próximo ao estádio Maracanã, no município do Rio de Janeiro. Nela habitam famílias de diversas etnias indígenas nacional e internacional, que contam com o apoio das universidades do estado. Mesmo assim, a comunidade não é reconhecida por lei e permanece resistindo às ordens de retirada.

conforto, função e execução. Além disso, a invisibilidade dessas características remonta à desvalorização das soluções tradicionais como eficientes no mercado. Apesar de sua experiência e atuação como professor e pesquisador, Portocarrero (2020) observa que a população indígena permanece em um cenário de esquecimento e estigmatização nas escolas indígenas e que há dificuldade em romper esse obstáculo e repercutir estudos desenvolvidos nesta temática, justificando, por isso, o auxílio do campo da antropologia e da história.

Zanin, Araújo e Modler (2015) narram a experiência de ensino projetual arquitetônico. Os autores observaram que algumas intervenções arquitetônicas em comunidades indígenas não consideram as necessidades específicas da comunidade indígena, nem representam suas especificidades culturais.

Wiese e Zanin (2018) narram a experiência obtida em atividade de extensão, que contou com soluções arquitetônicas aplicadas no alojamento de estudantes e de famílias indígenas da UFSC. O objetivo foi aproximar os alunos de arquitetura e urbanismo da temática indígena e desenvolver a competência de posicionamento crítico reflexivo sobre a valorização da diversidade e da cultura. Com isso, foram considerados aspectos construtivos e culturais, bem como o fator social das famílias, promovendo uma noção da realidade indígena e da atuação profissional. Para os autores, tratar das temáticas indígenas amplia as possibilidades de aprendizado.

As propostas supracitadas trouxeram muitos caminhos de atuação no curso de arquitetura e urbanismo e inúmeros benefícios em retorno à comunidade, como citado no trabalho de Zanin, Scotton e Oldoni (2015). No entanto, o mesmo questionamento sobre a falta de visibilidade e tratamento das temáticas indígenas conduziu pesquisadores, como Dill e Wiese (2021), a percorrer outros trajetos, como estudar territorialidades indígenas nos centros urbanos. Os autores admitem que há disputas étnicas em contexto urbano, problematizando a presença indígena. Utilizando o auxílio de bibliografias de outros campos e de relatos, foi observado que o projeto participativo é a melhor forma de solucionar os anseios de diversos públicos, incluindo os povos indígenas.

Nesta mesma perspectiva, Canuto et al. (2018) denotam que, apesar da repercussão midiática, há grande dificuldade em encontrar estudos sobre indígenas em contexto urbano. Os autores visibilizam as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas em Belo Horizonte – MG. É relatado o assessoramento do programa de extensão MORAR INDÍGENA, começando por uma revisão histórica que narra a violência do Estado contra povos originários durante o período militar até a atual busca por representatividade política. A falta de reconhecimento desses povos em contexto urbano é um fator que dificulta a vivência indígena na cidade. Por isso, o MORAR INDÍGENA gerou mapeamentos que quantificaram essa população, mostrando onde moravam, trabalhavam, descansavam e circulavam, contribuindo para o entendimento de como utilizam a cidade e o quanto sua presença é expressiva, legitimando sua presença.

Ainda que no Brasil o estudo de povos indígenas associado ao território e à cidade seja mais pontual, em outros países, pesquisas envolvendo o estudo de caso indígena têm abordado a resistência social e os processos de adaptação que estão surgindo. Também abordam a territorialização como processo de reorganização social a ser tratado na historiografia nacional, desde o período de colonização. Por exemplo, trabalhos envolvendo sintaxe espacial exploraram desigualdades espaciais de grupos étnicos e raciais (VAN NES e AGHABEIK, 2015; NELSON, 2022), assentamentos históricos (ALFATHANI e NURDINI, 2022; KUBAT ET AL., 2012; FERDOUS, 2007) e

dimensão cultural na formação espacial (GRIFFITHS e VAUGHAN, 2020). Todos esses estudos ocorrem em contextos citadinos.

Raman (2003) estudou a ocupação cultural dos espaços por diversas comunidades étnicas na cidade de Ahmedabad. O artigo descreveu pesquisas recentes sobre a "cultura espacial" e a cultura das cidades; examinou as diferenças na morfologia (utilizando sintaxe espacial) de distintas áreas da cidade murada de Ahmedabad, onde diversas comunidades étnicas vivem em localidades diferentes.

Ferdous (2007) buscou compreender certas noções fundamentais de espaço cultural no padrão espacial indígena de Old Dhaka. A partir disso, explorou a origem e o desenvolvimento da forma através de uma comparação ordenada de seu padrão de crescimento com aspectos sociais e morfológicos, juntamente com os atributos do espaço cultural. Destrinhou os múltiplos aspectos que fazem os espaços culturais da morfologia indígena se sustentarem ao longo do tempo.

Castillo (2012) realizou a investigação das continuidades e descontinuidades indígenas nas formas de urbanismo e construções atualmente na Colômbia. Para isso, o autor faz uma recapitulação histórica com o auxílio de revisão documental, que ilustra realidades pré-coloniais e pós-coloniais dos povos indígenas. A pesquisa relacionou etnografia urbana, arquitetura no desenho e planejamento das cidades. O autor constatou que não existe arquitetura e urbanismo marginais; o que existe são as formas de narrativa e historiografia que marginalizam. Logo, a história indígena é uma história marginal, considerando o descrito pelo autor. O domínio das culturas indígenas, a relação, a influência e a representação do poder marcam os fenômenos marginais no espaço, na forma e na função urbana. Consequentemente, as práticas de gestão e planejamento ao longo da história evidenciam as formas arquitetônicas e urbanas que, desde a realidade e o mito das culturas espanholas, indígenas e negras, refletem o conteúdo da marginalidade urbana de nossas sociedades atuais, revelando as relações entre os fenômenos marginais urbanos com a inovação e criação das sociedades e culturas nas cidades e edifícios de hoje. Embora o foco do trabalho seja sobre a Colômbia, o autor não deixou de correlacionar a temática e os fatos aos países fronteiriços, trazendo dados cartográficos relevantes sobre os povos indígenas do Brasil.

2.3 Discussões sobre estudos urbanos indígenas em outros campos

Dentro do contexto citadino, diversos trabalhos narram os desafios urbanos enfrentados pelos povos indígenas devido à questão da legitimidade de suas identidades por parte das organizações competentes (MAHER, 2016). Esse cenário tem levado à articulação desses povos em associações que se mobilizam em meio urbano para suscitar políticas públicas e uma apropriação mais equitativa do espaço (CACCIA, 2015). Esta seção apresenta avanços nos estudos indígenas relacionados à questão urbana e territorial que já foram alcançados em outros campos, tanto a nível nacional quanto internacional, como a geografia, história, antropologia, ciências políticas e sociologia.

Oliveira, Zanetti e Papali (2022) analisam a apropriação e expropriação das terras indígenas em São Paulo (SP), entendendo-as dentro das dinâmicas de movimentação indígena no processo de crescimento municipal. Eles observaram que, a partir do processo de

colonização, as comunidades nativas foram expropriadas de suas terras, contribuindo para o fenômeno da periferização indígena. O artigo constatou, assim como nas ponderações de Castillo (2012), que esse processo de marginalização é um “sintoma histórico”, conscientemente realizado pelo jogo de interesses no qual a gestão da cidade é responsável, também possibilitado pela constituição. Os autores denotam que o processo de metropolização em São Paulo acelerou a expropriação dos povos indígenas de suas terras.

Pereira (2018) analisou aspectos da vida tradicional indígena em indivíduos dispersos na cidade de Manaus (AM), observando o vínculo de pertencimento na continuidade dessas práticas apesar do distanciamento das aldeias. Assim, concluiu que as práticas ensinadas de geração em geração não se dissociam em contexto urbano, consequentemente, a presença indígena nas cidades não remete ao desaparecimento dessas etnias. Isso revelou a emergência de refletir sobre como as políticas públicas dialogam e dão espaço às reivindicações identitárias; também o desafio em identificar e compreender a fragmentação, dispersão e espacialização das práticas culturais em contexto citadino. O artigo acompanhou a falta de reconhecimento do indígena como cidadão, motivo pelo qual as associações formadas reivindicaram oportunidades de emprego para indígenas, de construção de espaço para suas práticas tradicionais, regularização de posse e construção de política habitacional pensada para os povos indígenas, além de valorização e incentivo às práticas culturais por meio do investimento no turismo étnico e na comercialização do artesanato.

Em condição semelhante, Lima (2020) investigou processos de etnicidade indígena no contexto urbano da cidade de Crateús (CE), um polo regional distribuidor de produtos e serviços. A autora identificou a presença municipal de indígenas das famílias Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá, os quais, em parte, já habitavam a cidade e, em parte, migraram em busca de uma condição de vida melhor. Todos enfrentavam dificuldades de reconhecimento de sua indianidade por viverem na cidade. Foram identificadas dinâmicas e conflitos em contexto urbano, dos quais se ressaltavam as dificuldades vinculadas às oportunidades de trabalho e condições de salubridade. O volume apresentou esforços de mobilização étnica e articulação política pela busca de representatividade e reivindicação dos direitos desta parcela de habitantes.

Depreende-se das informações apresentadas por Lima (2020) que as etnias indígenas presentes em Crateús tinham consciência sobre sua indianidade, assim como compreendiam seu papel de articulação com as aldeias mais distantes. Isto é, à medida em que algumas aldeias urbanas e indivíduos dispersos enfrentavam condições exploratórias de trabalho e outras dificuldades de pobreza e periferização urbana, as famílias em aldeias e zonas rurais enfrentavam diversos desafios ligados às condições de trabalho escravo, pobreza extrema e falta de assistência e infraestrutura, tendo que migrar permanentemente ou temporariamente para Crateús, onde se alojavam nas residências dos que lá já habitam. Esta dinâmica de apoio remonta ao período colonial, comprovado por meio de revisão historiográfica. No entanto, o estudo de campo ressaltou as dinâmicas territoriais entre aldeias e cidade e conduziu à reflexão de que futuros estudos sobre ser indígena na cidade podem favorecer argumentações que beneficiem os direitos e necessidades indígenas em contexto urbano.

Por outro lado, a criação de aldeias e a urbanização de Terras Indígenas localizadas próximas às zonas urbanas mostrou que as tecnologias sociais transitam e são assimiladas às formas de produzir e viver nos espaços indígenas (SANTOS e SILVA, 2021). Como exemplo,

Palitot (2020) apresentou a territorialidade dos Potiguara de Monte-Mór, a partir dos regimes de memória, da cosmologia e de tradições de conhecimento. O trabalho apresentou o argumento desenvolvido em duas perícias judiciais antropológicas que, segundo o autor, versavam sobre a tradicionalidade da cultura e da ocupação indígena, levando a estereótipos de exotismo e primitividade. Observou-se que os Potiguara de Monte-Mór teceram densas e complexas relações ecológicas, econômicas e cosmológicas com os ambientes que constituem as terras indígenas, assim como encontraram formas urbanas de se ajustar no mercado e de garantir uma melhor qualidade de vida.

Os estudos que abordam a relação entre povos indígenas e cidades, assim como a compreensão das dinâmicas espaciais e identidade espacial, trazem à tona uma série de desafios e questões importantes. Nunes (2010) destaca a dificuldade de identificar aldeias urbanas como cidades indígenas, o que ressalta a complexidade das experiências urbanas indígenas e a necessidade de uma abordagem mais sensível às particularidades culturais e espaciais.

Lucena (2017) destaca a diferença de escalas, práticas e barreiras enfrentadas pelos jovens indígenas nas cidades, ressaltando a importância da solidariedade e do apoio mútuo entre eles para enfrentar os desafios urbanos e manter suas identidades culturais.

A pesquisa de Berg-Nordlie, Dankertsen e Winsvold (2022) questiona o futuro das nações indígenas em contextos urbanos e como as questões de linguagem, cultura, identidade e produções tradicionais serão preservadas nesse contexto. Isso levanta preocupações importantes sobre como as culturas indígenas podem ser mantidas e fortalecidas nas cidades.

O estudo de Nejad et al (2019) em Winnipeg, Canadá, destaca a importância do envolvimento das comunidades indígenas no planejamento urbano e na produção do espaço, bem como a necessidade de reconhecer e respeitar suas práticas culturais e direitos territoriais. Eles enfatizam a importância de criar espaços urbanos que atendam às necessidades e autonomia indígenas.

Fawcett (2021) aborda a liminaridade das territorialidades indígenas em contextos urbanos, destacando como a produção do espaço muitas vezes limita as oportunidades para o urbanismo indígena. Ele argumenta que as fronteiras coloniais e identitárias continuam a limitar as experiências e os direitos territoriais dos povos indígenas nas cidades.

No geral, esses estudos destacam a importância de abordar as experiências indígenas nas cidades de forma holística, levando em consideração suas práticas culturais, necessidades territoriais e desafios enfrentados em contextos urbanos. Além disso, eles apontam para a necessidade de uma abordagem decolonial que reconheça as relações de poder históricas que moldaram essas experiências urbanas.

O termo "etnourbanismo," como definido por Estrada (2010), refere-se à coesão e conformação da etnia na cidade e a partir das práticas étnicas. É uma abordagem que busca compreender como as identidades étnicas são moldadas e mantidas em contextos urbanos, considerando as práticas culturais, as relações de poder e as dinâmicas espaciais.

Essa abordagem reconhece que a cidade não é apenas um espaço físico, mas também um espaço social e cultural onde as comunidades indígenas continuam a praticar suas tradições, manter suas identidades e lidar com os desafios da vida urbana. O "etnourbanismo" destaca a importância de considerar esses aspectos culturais e étnicos ao planejar e desenvolver espaços urbanos que acomodem as necessidades e as aspirações das comunidades indígenas.

Em resumo, o "etnourbanismo" é um conceito que enfatiza a relação entre etnicidade e urbanismo, destacando como as comunidades indígenas continuam a existir e se adaptar em contextos urbanos, mantendo suas identidades culturais e étnicas.

O artigo de Irazábal (2012) destaca a importância de repensar as práticas de planejamento urbano, especialmente em comunidades étnicas nos Estados Unidos, como exemplificado em Los Angeles. Ela questiona se o Novo Urbanismo Latino (LNU) pode realmente criar espaços inclusivos e representativos para as comunidades étnicas. O autor reconhece que o LNU pode mascarar os problemas e a marginalização enfrentados por essas comunidades e, em vez disso, propõe o conceito de etnourbanismo como uma alternativa para a criação de espaços que reflitam as identidades étnicas e raciais.

A ideia por trás do etnourbanismo é substituir o modelo tradicional de planejamento urbano por abordagens que valorizem e incorporem aspectos culturais e étnicos. Irazábal (2012) argumenta que as estruturas urbanas devem ser capazes de refletir características culturais e criar uma conexão positiva e emocional entre os habitantes e a cidade. Isso implica em repensar as abordagens dominantes de planejamento urbano, especialmente em áreas urbanas empobrecidas, onde a sensibilidade do etnourbanismo pode ser particularmente benéfica.

Essa abordagem não apenas melhora a qualidade de vida nas cidades, mas também pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, com menor impacto ambiental e maior valor simbólico. O desafio para futuras pesquisas está em desenvolver estratégias eficazes para a implementação de políticas e mecanismos urbanos sensíveis em diferentes contextos, promovendo espaços que transmitam segurança e promovam a inclusão.

3 CONCLUSÃO

Observou-se que os trabalhos científicos apresentados exploraram as complexidades indígenas a partir de perspectivas distintas, tais como:

- **Arquitetura vernacular:** Este enfoque explora as características planialtimétricas, materiais e técnicas construtivas das comunidades indígenas. Os estudos nesta categoria se dividem entre a exploração de documentações que revelam a instância histórica e como essas técnicas podem ser adaptadas à atualidade.
- **Participação coletiva, planejamento e desenvolvimento sustentável:** Esta perspectiva aborda diversos desafios enfrentados no planejamento territorial das comunidades indígenas. Isso inclui a interação entre os povos indígenas e os recursos naturais, questões de preservação, disputas territoriais, dinâmicas de migração, mapeamento e problemas socioeconômicos.
- **Impacto cultural nas dinâmicas territoriais:** Esta abordagem analisa como projetos e outras características tecnológicas podem impactar a vivência indígena e afetar essas comunidades. Isso inclui a discussão de práticas insalubres, mudanças nas dinâmicas territoriais, paisagem, escala e alternativas sustentáveis.

Nota-se que os estudos de caso no Brasil se concentraram principalmente nas regiões Sul e Sudeste, seguidas pelas regiões Centro-Oeste e Norte. No entanto, há pouca referência ao protagonismo de comunidades indígenas do Nordeste. No campo disciplinar da Arquitetura e Urbanismo, observou-se que as pesquisas sobre comunidades indígenas no Brasil têm abordado

sistemas construtivos e materiais (MACHADO; PORTOCARRERO; SILVA, 2020) que configuram padrões da arquitetura indígena tradicional (DERENJI, 2002; LENGEN, 2013).

Esses estudos frequentemente têm como foco o período colonial (WEIMER, 2018) e comunidades em isolamento voluntário (TRONCARELLI, 2022), convergindo para uma abordagem mais tradicional. No entanto, é importante notar que a busca por padronização na arquitetura indígena pode, em alguns casos, reforçar uma perspectiva científica que romantiza a relação dos povos indígenas com a natureza e os associa ao primitivismo¹⁰.

As pesquisas internacionais têm se voltado para a preocupação em desenvolver um modelo de pensamento mais inclusivo, viável e replicável para a cidade. No entanto, por meio de todas as pesquisas revisadas, fica evidente que a intervenção nessas áreas pode auxiliar nos processos de planejamento e gestão territorial, bem como na supervisão da manutenção e construção dos espaços urbanos, contribuindo para a preservação das práticas étnicas. É fundamental notar que há uma urgência em práticas de gestão que busquem compreender as necessidades das comunidades indígenas, respeitando seus atributos étnicos individuais e contribuindo para a preservação de suas identidades. Essas necessidades podem variar de acordo com o assentamento e seu contexto cultural e local, seja ele permanente¹¹, parte de processos migratórios e territorialidade cíclica¹², ou migratório esporádico e nômade¹³.

É preciso afastar a postura científica da idealização do "indígena genérico" e de seu contexto de pertencimento vinculado à aldeia e ao espaço rural. Isso é particularmente importante, dado que muitos povos se encontram dispersos em contextos urbanos e enfrentam os mesmos problemas de disputas territoriais, falta de reconhecimento e condições de vida carentes e insalubres. Além das terras demarcadas, é fundamental discutir como o Estatuto da Cidade e outras políticas se relacionam com essas comunidades tradicionais. A partir disso, percebe-se que um olhar mais sensível não apenas valoriza a inclusão e a democracia nos espaços urbanos, mas também gera representatividade e, conseqüentemente, desconstrói estigmas e preconceitos, promovendo a decolonização e quebrando padrões de marginalização.

Destacam-se como campos de atuação e de pesquisa: O planejamento sustentável, o projeto de infraestrutura, a preservação cultural, a participação comunitária, dinâmicas de paisagem, sustentabilidade e empoderamento local. O arquiteto e urbanista pesquisador pode investigar/atuar nos espaços indígenas sobre habitação tradicional, dotada de enriquecedoras técnicas construtivas, assim como inovações tecnológicas (PORTOCARRERO, 2020), Mapeamento e Planejamento Territorial (CANUTO ET AL, 2018), do turismo sustentável, como reivindicado pelos povos indígenas em Manaus (PEREIRA, 2018), além de outros cenários que podem contemplar gestão de riscos e proteção das áreas naturais, educação/conscientização/supervisão sobre formas de ocupação e outras dinâmicas territoriais, mediação cultural, acessibilidade e documentação/registo das produções e usos espaciais indígenas. São inúmeras as possibilidades diante do ineditismo das temáticas que ainda não foram abordadas e da diversidade presente em tantas comunidades étnicas indígenas. Este leque se abre quando consideramos também a articulação às demais comunidades tradicionais nacionais.

¹⁰ Define-se como "primitivismo" a "qualidade, caráter ou condição do que é primitivo" (PRIMITIVISMO, 2023).

¹¹ Classificado por Maldonado (2011) como "indígenas tradicionais urbanos".

¹² Cita-se o exemplo de Crateús (LIMA, 2020).

¹³ Cita-se o relatório *OS WARAO NO BRASIL*, da Agência da ONU para refugiados (EGAS ET AL, s.d.).

Este artigo traz à reflexão a importância de direcionar o olhar científico para as comunidades tradicionais, em particular as comunidades indígenas, dentro do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. Isso não deve ser apenas uma investigação arquitetônica de ordem histórica e remota, mas deve levar em consideração as dinâmicas e conflitos da atualidade, a partir de uma perspectiva decolonial desses espaços.

6 REFERÊNCIAS

AGHABEIK, L.; VAN NES, A. Ethnic groups and spatial behaviour in Rotterdam's neighbourhoods. **Proceedings of the 10th International Space Syntax Symposium**, Londres, v. 102, p. 1-17, 2015. Disponível em: http://www.sss10.bartlett.ucl.ac.uk/wp-content/uploads/2015/07/SSS10_Proceedings_102.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

ALFATHANI, F.; NURDINI, A. Space Syntax Analysis on Sundanese Traditional Villages (Case Studies: Kampung Naga, Kampung Ciptagelar, and Kampung Dukuh). IOP Conf. Series: Earth and Environmental Science. In: **5th HABITechno International Conference**. P. 1-9. 2022. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/1058/1/012024>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ASI, R. E. B.; KEYSER, Y. R. L. **ETHNIC URBANISM: STORIES, STRUGGLES, AND SURVIVAL OF FILIPINO INDIGENOUS PEOPLE IN THE 21st CENTURY**. Artigo. Dasmariñas: De Lasalle University, 2022. 12 p. Disponível em: https://www.academia.edu/69557289/Ethnic_Urbanism_Stories_Struggles_and_Survival_of_Filipino_Indigenous_People_in_the_21st_Century. Acesso em: 26 ago. 2023.

BERG-NORDLIE, M.; DANKERTSEN, A.; WINSVOLD, M. **AN URBAN FUTURE FOR SÁPMI?** Indigenous Urbanization in the Nordic States and Russia. V. 4. Studies in circumpolar North. 2022. 300p.

BRASIL. **DECRETO No 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, BRASÍLIA, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm#:~:text=DECRETO%20No%201.775%2C%20DE,da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20no%20art. Acesso em: 3 ago. 2023.

CACCIA, Lara Schmitt. **Mobilidade Urbana: políticas públicas e apropriação do espaço público em cidades brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2015. 184p. disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/133191>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CANUTO, F.; BRANDÃO, M. S.; MIRANDA, J. T.; SAIDLER, M. F. S. **Assessoria técnica como luta pela existência: o caso dos indígenas em Belo Horizonte em três experiências**. ARQUISUR. 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/43713/2/Assessoria%20t%C3%A9cnica%20como%20luta%20pela%20exist%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CASTILLO, Rene Julio. **Pliegues y repliegues de la marginalidad urbana: Lecciones de Etnourbanismo, Marginalidad y Ciudad Informal**. Spanish Edition. Editorial Académica Española, 2012.

CORRÊA, Roberto. L. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão**. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014, p.41-51.

DERENJI, Jorge. Indígena. In: MONTEZUMA, Roberto (org.). **Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca**. v.1. Recife: UFPE, 2002.

DILL, F. M.; WIESE, R. S. **Territorialidades indígenas nos centros urbanos: sobre lugares e povos**. Patrimônio e Memória. São Paulo, n.1, p. 54-74. 2021. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1300>. Acesso em: 22 ago. 2023.

EGAS, J.; MARTINEZ, F.; ASECIO, C.; MATTOS, P. **OS WARAO NO BRASIL: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e imigrantes**. UNHCR/ACNUR: S.I., S.d. 72 p.

ESTRADA, Efrén Figueroa. **GLOSARIO DE TÉRMINOS SOBRE ASENTAMIENTOS HUMANOS, URBANISMO Y MEDIO AMBIENTE**. México: SUMA, 2010. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/472024988/A-a-Glosario-Revisado-en-PDF>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FAWCETT, Robert Benjamin. **THE LIMINALITY OF INDIGENOUS URBANISM IN SASKATCHEWAN**. Dissertação - Department of Geography and Planning. Saskatoon: University of Saskatchewan, 2021. Disponível em:

<<https://harvest.usask.ca/bitstream/handle/10388/13663/FAWCETT-DISSERTATION-2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERDOUS, F. (2007). **A morphological analysis of indigenous spatial pattern in Old Dhaka with particular emphasis on 'cultural spaces'**. Dhaka: Bangladesh University of Engineering and Technology, 2007. Disponível em: <http://lib.buet.ac.bd:8080/xmlui/handle/123456789/4574>. Acesso em: 26 ago. 2023.

GRIFFITHS, S.; VAUGHAN, L. **Mapping spatial cultures: Contributions of space syntax to research in the urban history of the nineteenth-century city**. P. 488-511. *Urban History*, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/urban-history/article/abs/mapping-spatial-cultures-contributions-of-space-syntax-to-research-in-the-urban-history-of-the-nineteenth-century-city/7FE17D542EA73C5C496E3AD18825CEC2>. Acesso em: 24 ago. 2023.

HARVEY, D. **Space as a keyword**. 2006. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) *David Harvey: a critical reader*. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Leticia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470773581.ch14>. Acesso em: 21 ago. 2023.

HESS, Melanie M. **Acknowledging Landscape: Walking Paths Towards Indigenous Urbanism**. Dissertação - Department of Landscape Architecture. Washington: University of Washington, 2021. 65p. Disponível em: <https://digital.lib.washington.edu/researchworks/handle/1773/47610>. Acesso em: 26 ago. 2023.

HILLIER, B. **The Theory of the City as Object or how spatial laws mediate the social construction of urban space**. In: *Proceedings of the Third International Space Syntax Symposium*. Atlanta: Georgia Institute of Technology, 2001. p.02:1-28. Disponível em: https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1029/1/hillier_city2001.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

HORN, P. **Indigenous peoples, the city and inclusive urban development policies in Latin America: Lessons from Bolivia and Ecuador**. n. 36. p. 483-501. *Development Policy Review*, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dpr.12234>. Acesso em 23 ago. 2023.

IRAZÁBAL, Clara. **Beyond 'Latino New Urbanism': advocating ethnurbanisms**. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, p. 241-268. 2012.

KUBAT, A.; RAB, S.; GÜNEY, Y.; ÖZER, O.; KAYA, S. **APPLICATION OF SPACE SYNTAX IN DEVELOPING**. A regeneration framework for Sharjah's heritage area. V. 8040. *Proceedings: Eighth International Space Syntax Symposium*. Santiago de Chile: PUC, 2012. Disponível em: <http://sss8.cl/8040.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023. P. 1-17.

LENGEN, Johan Van. **Arquitetura dos Índios da Amazônia**. 1ª ed. São Paulo: B4 Editores, 2013. 132 p.

LIMA Carmen Lúcia Silva. **Indígenas na cidade: os Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús**. Recife: Ed. UFPE, 2020. 368 p.

LUCENA, Jamerson Lucena. **"Pra gente esse novo caminho é um desafio": A circulação e interação de jovens universitários indígenas Potiguara na cidade de João Pessoa**. Opará: Etnicidades, movimentos sociais e educação. n. 7. p. 1-17. 2017. Disponível em: < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/3822/pdf>>. Acesso em 30 ago. 2023.

MACHADO, M.F.R.; PORTOCARRERO, J.A.B.; SILVA, D.F.A. **Tecnoíndia: arquitetura, antropologia e tecnologias indígenas em Mato Grosso**. 1. ed. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2020. 184 p.

MAHER, Terezinha Machado. **SENDO ÍNDIO NA CIDADE: MOBILIDADE, REPERTÓRIO LINGUÍSTICO E TECNOLOGIA**. *Revista da Anpoll*. n. 40, p. 58-69, 2016. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1015>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MALDONADO, D. B. **INDÍGENAS URBANOS Y DERECHOS CULTURALES: LOS LÍMITES DEL MULTICULTURALISMO LIBERAL**. *REVISTA DIREITO GV*. P. 569-604, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rdgv/a/Pk5s9QB9jL6kL5KnBgWSvgD/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

NEJAD, S.; WALKER, R.; MACDOUGALL, B.; BELANGER, Y.; NEWHOUSE, D. **"This is an Indigenous city; why don't we see it?" Indigenous urbanism and spatial production in Winnipeg**. n.63. p. 413-424. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien*. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332385576_This_is_an_Indigenous_city_why_don't_we_see_it_Indigenous_urbanism_and_spatial_production_in_Winnipeg. Acesso em: 25 ago. 2023.

NELSON, R. **Social inclusion through the urban lens: a comparative analysis of neighbourhoods of residential racial homogeneity and heterogeneity in Cape Town, South Africa**. In: *Proceedings 13th International Space Syntax Symposium*. Bergen: 13th International Space Syntax Symposium, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363814159_Social_inclusion_through_the_urban_lens_a_comparative_

analysis_of_neighbourhoods_of_residential_racial_homogeneity_and_heterogeneity_in_Cape_Town_South_Africa. Acesso em: 26 ago. 2023.

NUNES, Eduardo Soares. **ALDEIAS URBANAS OU CIDADES INDÍGENAS? REFLEXÕES SOBRE ÍNDIOS E CIDADES**. n. 1. p. 9-30. Porto Alegre: Espaço Ameríndio, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/8289/7642>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, M. A. C.; COLARES, L. C.; ROCHA, C. S.; VILLELA, A. T. C. **HABITAÇÕES INDÍGENAS EM BIOMAS BRASILEIROS Mata Atlântica, Cerrado e Pampa**. PIXO, n.23, p. 367-387, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/4017/3317>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. S.; ZANETTI, V.R.; PAPALI, M. A. C. R. **Apropriação e expropriação das terras indígenas na cidade de São Paulo**. Caderno Metropole, São Paulo, n. 55, p. 1075-1095, 2022. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/41246/40327>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

PALITOT, Estevão Martins. **A TERRITORIALIDADE DOS POTIGUARA DE MONTE-MÓR: REGIMES DE MEMÓRIA, COSMOLOGIA E TRADIÇÕES DE CONHECIMENTO**. Mestrado. Revista Mundaú, n.8, p. 115-138, 2020.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Indígenas na metrópole: lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM)**. PPGAS/MN/UFRJ 2018. Disponível em <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/06/Os-indigenas-na-cidade-de-Manaus-Versao-final.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PORTELA, Cristiane de Assis. **SINALIZAÇÕES DE INDIGENISMO PARA A HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL: EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE**. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013. 12p.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. **VIAJANDO PARA O XINGU: TECNOLOGIAS INDÍGENAS E O ENSINO DE ARQUITETURA**. p. 327-332. In: MOASSAB, Andréia (Org.); NAME, Leo (Org.). Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. 372 p.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. **Tecnologia indígena em Mato Grosso**. 2 ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2018. 255p.

PRIMITIVISMO. In: MEU DICIONÁRIO, Dicionário online de português. S.l. s.d. n.p. Disponível em: <<https://www.meudicionario.org/primitivismo>>. Acesso em: 05/08/2023.

PRUDENTE, L.T. **Arquitetura Mbyá-Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul**: Estudo de Caso do Tekoá Nhüu Porã. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17025>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

RAMAN, Shibu. **Communities and spatial culture in a communally diverse city: Ahmedabad, India**. In: Proceedings 4th International Space Syntax Symposium. Londres, v. 74, 2003. p 1-18. Disponível em: <<https://www.spacesyntax.net/symposia-archive/SSS4/fullpapers/74Ramanpaper.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SANTOS, A. M.; SILVA, M. S. **TECNOLOGIAS SOCIAIS E AS FORMAS DE PRODUIR E VIVER NA ALDEIA INDÍGENA GYRÓ**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO. N. 56, P. 152-170. 2021.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. – Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. 818p.

STEPHENS, Carolyn. **The indigenous experience of urbanization**. In: State of the World's Minorities and Indigenous Peoples 2015. p. 54-61. 2015.

STURMER, A. B.; COSTA, B. P. **Território: aproximações a um conceito-chave da geografia**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.3, p. 50-60

TRONCARELLI, C. R. **Arquitetura indígena alto xinguana: um estudo iconográfico das representações**. Dissertação. São Paulo: FAU-USP, 2022. 447p. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003138346>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Indígena: Sua Evolução Desde Suas Origens Asiáticas**. 1ª ed. Ediga, 2018. 352 p.

WIESE, R. S.; ZANIN, N. Z. O PAPEL DA EXTENSÃO NA QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO ESTUDANTIL INDÍGENA NA UFSC. Extensio UFSC. n.29, p.34-46, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2018v15n29p34/37180>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ZANIN, N. Z.; SCOTTON, J. A.; OLDONI, F. R. **Intervenções arquitetônicas em comunidades indígenas: reflexões de uma pesquisa em andamento**. PROJÉTAR, p.1-15, 2015. Disponível em: <

<http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/1112/Post66.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ZANIN, N. Z.; ARAÚJO, A. M. S.; MODLER, N. L. **Arquitetura Escolar Indígena: relato de experiência de ensino**. In: XXXIV ENSEA/ XVIII CONABEA. 15p. Natal, 2015. Disponível em: <
https://www.academia.edu/25169798/Arquitetura_Escolar_Ind%C3%AAdgena_relato_de_experi%C3%AAncia_de_ensino>. Acesso em 28 ago. 2023.